

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM PSICOLOGIA CLÍNICA: GESTALT-TERAPIA
E ANÁLISE EXISTENCIAL**

Janaina Aparecida Mendonça Santos

**CONTRIBUIÇÃO DA PSICOTERAPIA INFANTIL DE BASE FENOMENOLÓGICO-
-EXISTENCIAL NO CRESCIMENTO HUMANO**

BELO HORIZONTE
2019

Janaina Aparecida Mendonça Santos

CONTRIBUIÇÃO DA PSICOTERAPIA INFANTIL DE BASE FENOMENOLÓGICO-
-EXISTENCIAL NO MOVIMENTO DE CRESCIMENTO HUMANO

Monografia apresentada ao Curso de Especialização em Psicologia Clínica: Gestalt-terapia e Análise Existencial da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Psicologia Clínica.

Orientadora: Telma Fulgêncio Colares da Cunha Melo

Belo Horizonte
2019

Dedico este trabalho à grande Companhia de todos os dias, que na sua Presença constante me ajuda a ser presença.

Dedico-o também ao meu avô Antônio (*in memoriam*), por ter acreditado em mim.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todas aquelas pessoas, familiares, amigos, pacientes, professores e, de modo especial, Miguel Mahfoud, Telma Melo e Cláudia Lins, que me despertam e me impulsionam para o anseio que move meu existir.

RESUMO

A visão antropológica da corrente fenomenológico-existencial caracteriza o ser humano como um ser responsável por cuidar do seu existir e ontologicamente relacional. Tais características permitem-no colocar-se na existência de modo único, levando a cabo seu crescimento pessoal. Esse crescimento se estanca apenas com a morte, mas apresenta-se desde o nascimento, uma vez que a criança já é dotada dos mesmos pressupostos ontológicos do adulto. Todavia, a tendência desenvolvimentista de concebê-la como um ser incompleto e ingênuo influencia na configuração de uma relação que a restringe na sua capacidade de responder às situações que vivencia com sua singularidade existencial. Tal restrição culmina no sofrimento infantil, que se mostra em várias formas de adoecimento. Com o aumento dos índices de adoecimento na atualidade, tem-se tornado cada vez mais necessário problematizar a forma equivocada de enxergar a infância e a criança, além de propor caminhos que favoreçam seu movimento de crescimento. Nesse sentido, a psicoterapia infantil fundamentada na corrente fenomenológico-existencial mostra-se como uma possível proposta. Assim, no intuito de identificar como essa prática clínica pode favorecer o movimento de crescimento da criança, contribuindo para modos mais saudáveis de ser, buscou-se expor o exemplo de um caso clínico atendido a partir da referida abordagem. Observou-se que a relação de proximidade foi essencial para ter se estabelecido um clima de confiança entre paciente e psicoterapeuta. Para tanto, foi importante uma postura de não diretividade, ao longo dos atendimentos, que estimulasse e respeitasse a autonomia da criança na escolha e condução do que fazer. Nessa relação, ela encontrou a possibilidade de expressar-se, sendo capaz de comunicar o que lhe afligia. Sendo testemunhada e confirmada no que mostrava de si, a criança assumiu uma mudança de posicionamento, mostrando-se menos alienada e mais condizente consigo mesma, em uma atitude responsável. Pode-se concluir que a psicoterapia fenomenológico-existencial, ao pautar-se em uma relação de respeito e proximidade com o que a criança é, proporciona-lhe uma aproximação consigo mesma que lhe permite reconfigurar sua forma de estar no mundo, seguindo em direção ao seu crescimento.

Palavras-chave: Criança. Psicoterapia. Existencialismo.

ABSTRACT

The anthropological view of the phenomenological-existential chain characterizes the human being as a being of responsibility and ontologically relational. Such characteristics allow him to put himself into existence in a unique way, carrying out his personal growth. This growth is stagnant only with death, but presents itself from birth, since the child is already endowed with the same ontological presuppositions of the adult. However, the tendency to conceive of it as an incomplete and naive being influences the configuration of a relationship that restricts it in its capacity to respond to situations that it experiences with its existential singularity. Such a restriction culminates in childhood suffering, which is manifested in various forms of illness. With increasing rates of illness nowadays, it has become increasingly necessary to problematize the mistaken way of viewing childhood, as well as to propose ways that help the child in his suffering, so that they can continue in their growth movement. In this sense, child psychotherapy based on the existential phenomenological current shows itself as a possible proposal. Thus, in order to identify how this clinical practice may favor the child's growth movement, contributing to healthier ways of being, an example of a clinic case treated from this approach will be introduced. It was observed that the relationship of proximity was essential to have established a climate of trust between patient and psychotherapist. Therefore, it was important to have a non-directive attitude throughout the care, which encouraged and respected the child's autonomy in choosing and conducting what to do. In this relationship, she found the possibility of expressing herself, being able to communicate what was afflicting her. From then on, having been witnessed and confirmed in what she showed of herself, she assumed a change of position, showing herself less alienated and more attuned to herself, in a responsible attitude. However, the challenges that permeate this practice have also been identified, such as the work involved with those responsible and the maintenance of a humble attitude towards the non-knowledge of what would happen from the psychotherapeutic encounter. Despite the challenges, it can be concluded that this clinical practice, when proposing a relationship that does not expect the child to be something different from what it is, favors its movement of growth, so that it can be in a healthier way, putting itself in the world with its unique form to be.

Keywords: Child. Psychotherapy. Existentialism.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 INFÂNCIA E CRIANÇA NUMA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICO- -EXISTENCIAL: O CRESCIMENTO COMO UM PROCESSO CONSTANTE DO EXISTIR	13
3 AS RELAÇÕES E O TESTEMUNHO COMO PONTO DE PARTIDA.....	16
4 A PRÁTICA CLÍNICA A PARTIR DA TEORIA FENOMENOLÓGICO- -EXISTENCIAL.....	22
CONCLUSÃO.....	33
REFERÊNCIAS.....	37

1 INTRODUÇÃO

A corrente fenomenológico-existencial concebe o ser humano em um processo de construção constante, sendo considerado, portanto, um ser inacabado. Desse modo, diferente dos elementos da natureza e de tudo o que não é humano, a pessoa humana não está enrijecida em um modo preestabelecido de existir, o que impossibilita sua objetificação. Essa exclusividade se deve a sua capacidade de posicionar-se diante de sua existência, o que a torna um ser responsável. Tendo em vista essa característica, Heidegger (2006), precursor do Existencialismo, pontua que o ser humano é o único ente que tem a capacidade de cuidar de ser e com isso interferir no seu processo de vir-a-ser.

A respeito dessa responsabilidade, Heidegger (2006) explica que o existente humano apenas pode assumi-la à medida que se dá conta de si mesmo. Consoante com esse pensamento, a autora Critelli (1996), estudiosa do Existencialismo, argumenta:

Ao dar-se conta do ser (como o possível em aberto e litigiosamente à sua frente), o homem percebe que tem que dar conta de ser, que ser está sob sua responsabilidade. Percebendo o ser, o homem toma o ser para si como algo de quem tem que cuidar. Põe o ser sob seus cuidados. Isso faz parte da ontologia humana (CRITELLI, 1996, p. 48).

De acordo com esta visão de Critelli (1996), para que o homem possa interferir no seu processo existencial, é fundamental que ele se perceba, se reconheça. Esse reconhecimento, assim como explica o pensamento heideggeriano, emerge na consistência de uma ação, enquanto se coloca no mundo em uma relação. Desse modo, Heidegger (2006) afirma que o ser humano é ser-no-mundo-com-os-outros. Em outras palavras, ele é ontologicamente relacional.

Baseada nesse pressuposto, Critelli (1996) expõe em seu livro *A analítica do ser* que é enquanto fala e interage com o outro que o ser tem a possibilidade de se manifestar, bem como se ocultar, sendo esse movimento o interesse da fenomenologia. Logo, enfatiza-se que a possibilidade de ser apenas se efetiva em uma relação. No entanto, Critelli (1996) esclarece que não basta o ser manifestar-se para que sua existência se realize. É necessário que ele seja testemunhado. Sobre isso, ela escreve que “sem testemunho, o desvelado e o desvelamento, o revelado e a revelação esvanecem-se, dissolvem-se. É como se nunca tivessem aparecido. Sem o testemunho não há manifestação” (CRITELLI, 1996, p. 78). Sendo assim, ela ressalta a importância do testemunho de outro para que a existência do ser manifesto possa se consolidar.

A partir desses pontos fica clara a importância da relação no processo de vir-a-ser do humano. É apenas diante de alguém que o reconhecimento de si se torna possível para que aí então tenha a oportunidade de cuidar de ser, exercendo sua responsabilidade diante da existência. Dessa forma, a corrente fenomenológico-existencial confere grande importância à relação em todas as instâncias do existir, inclusive saber na infância, tendo em vista que os pressupostos fundamentais do existir humano, descritos pelo existencialismo e registrados no livro *Ser e Tempo*, são invariáveis ao longo da vida (HEIDEGGER, 2006).

Esse entendimento da infância a partir dos fundamentos existenciais postulados por Heidegger é ressaltado pela psicoterapeuta existencial infantil Beatriz Cytrynowics. Ela escreve que “a existência na infância deve ser compreendida a partir dos mesmos fundamentos do existir na adolescência, maturidade ou envelhecimento” (CYTRYNOWICS, 2018, p. 101). Isso significa dizer que a criança, tal como os adultos, encontra-se no mundo em relação, tão logo nasce. Nas palavras da autora, “desde o nascimento somos no mundo e é aí que sempre temos algum entendimento de nós mesmos e do mundo” (CYTRYNOWICS, 2018, p. 221). Assim também, já na infância, o ser é dotado da capacidade de responsabilizar-se ainda que não compreenda a importância e o caráter responsivo de suas ações, tal como explicita Melo (2018), psicoterapeuta infantil.

Cytrynowicz (2018) sinaliza para o risco de se desconsiderar a presença do ser responsável já na infância. Sobre esse risco, ela discute a visão das teorias da psicologia de desenvolvimento que, em sua pretensão de definir o humano, estabelecem um padrão normal de crescimento e de conduta. Vista sob esse padrão, a criança é entendida como algo que deve deixar de ser para tornar-se o que ainda não é, de tal modo que é negligenciada na singularidade do seu ser. Como consequência desse modo de ver a criança não a partir dela mesma mas a partir do que ela “tem que ser”, “elas permanecem sem ter para quem se mostrar e compartilhar”, conforme esclarece a autora (CYTRYNOWICS, 2018, p. 100). Ela ainda explica que, ao se impor à criança um modelo de desenvolvimento unificado, esta fica restringida na sua possibilidade de agir e reagir de modos mais livres às diferentes situações que vivencia. Isso, por sua vez, culmina em modos de ser-doente.

Ao falar sobre a percepção do adoecimento infantil em sua prática clínica, Melo (2018) expõe que as crianças “chegam cada dia mais novas e acometidas de crises de ansiedade cada vez mais fortes e mais frequentes aos consultórios” (p. 83). Ela ainda aponta que muitas são apresentadas com a queixa de dispersão, o que ela se questiona estar relacionado à pressão por uma competência que lhe é exigida. Diante desse cenário, torna-se necessário problematizar o modo como a infância tem sido encarada na atualidade. Além

disso, é importante discutir caminhos que propiciem às crianças mostrarem-se a partir de suas experiências infantis, a fim de oferecer-lhes condições de se descobrirem e se desenvolverem naquilo que diz respeito a si mesmas (CYTRYNOWICZ, 2018).

Nesse sentido, Cytrynowicz (2018) aponta as contribuições do pensamento fenomenológico-existencial aplicado na psicoterapia infantil. Todavia, pouco se tem publicado a respeito, predominando a discussão que envolve as práticas clínicas baseadas nas teorias de desenvolvimento que objetificam e reduzem o ser criança a uma etapa a ser transposta. Logo, espera-se com este trabalho explicitar, a partir de um relato de experiência, como a atuação psicoterapêutica orientada pela referida abordagem favorece o processo de crescimento humano da criança. Espera-se ainda agregar elementos às discussões correntes no que tange ao sofrimento infantil.

Para tanto, o presente trabalho será apresentado em três seções, as quais buscarão explicitar a compreensão da dinâmica existencial na infância. Na primeira será abordado sobre a noção de crescimento humano, a partir do pensamento fenomenológico-existencial, elucidando sobre sua presença desde o nascimento. Na segunda seção será discorrido sobre a influência da relação neste processo de crescimento, dando ênfase ao aspecto do testemunho. A terceira seção versará sobre a contribuição da psicoterapia fenomenológico-existencial na tomada de posicionamentos mais responsáveis da criança perante seu existir, sendo então feita uma interlocução entre os fundamentos teóricos e a prática clínica desta abordagem psicoterapêutica.

2 INFÂNCIA E CRIANÇA NUMA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL: O CRESCIMENTO COMO UM PROCESSO CONSTANTE DO EXISTIR

A abordagem fenomenológico-existencial sustenta-se em uma antropologia filosófica que concebe o ser humano como um ser que está em constante formação enquanto vive. Com base nessa compreensão, entende-se que o ser humano está lançado em um constante vir-a-ser, sempre a caminho de sua realização, em um movimento dinâmico que se interrompe apenas com a morte (HEIDEGGER, 2006). É com essa condição ontológica que o homem encontra a vida, ficando esta sob seus cuidados para que possa se realizar. Quanto a isso, Critelli (1996, p. 109) argumenta que “[...] a vida nos é dada como uma possibilidade de que precisamos cuidar para mantê-la e desenvolvê-la, tornando-se, então, acontecimento humano”. Uma vez que cuidar da vida, constituindo-a como um acontecimento ao longo da existência, é identificado como uma característica ontológica, afirma-se que essa tarefa já se apresenta desde o nascimento (HEIDEGGER, 2006; CRITELLI, 1996).

Evidencia-se, então, que ao homem é conferida a capacidade de cuidar da sua própria existência, o que o distingue de tudo o que existe no mundo, conforme aponta o pensamento heideggeriano (HEIDEGGER, 2006). Heidegger explica que poder cuidar da existência torna o homem um ser responsável, de forma que lhe é possível constituir-se a si mesmo. Nesse ponto, é interessante ressaltar que ser si mesmo está relacionado à forma singular de cada pessoa, uma vez que está inserida em uma trama de relações que se configura de modo único (HEIDEGGER, 2006; CRITELLI, 1996). Tal explicação é sintetizada por Cytrynowics (2018), quando afirma que “ser responsável quer dizer responder e corresponder de seu modo próprio ao seu mundo” (p. 105). Desse modo, fica claro que, sendo responsável pelo seu existir, o homem pode conduzi-lo de modo singular na pluralidade do mundo que o cerceia, o que já se inicia na infância.

Sobre a presença dessa característica ontológica na infância, Hanna Arendt, filósofa do século XX, defende que o ímpeto de agir com base em sua singularidade já se manifesta na criança. Em seu livro *A condição humana*, Arendt (2014) afirma que o ser humano está implicado no mundo com sua singularidade distinta e irrepetível, desde seu nascimento. Esses argumentos respaldam o pensamento de Cytrynowics (2018) quanto à busca da criança em ser si mesma, em uma atuação responsável. Sobre esse assunto, ela relata:

Assim se inicia a tarefa de todos os bebês, os que já estão aí, os que ainda virão, e os que já foram: serem eles mesmos em seu mais peculiar e único modo. Mas essa não é uma tarefa simples, estando desde sempre já em jogo um sim e um não, mostrar e

esconder-se, aceitar e recusar que advém da própria constituição do bebê como ser humano (CYTRYNOWICS, 2018, p. 108).

Tem-se então que, mesmo de uma maneira distinta do adulto, a criança já exercita sua responsabilidade através dos caminhos que encontra na sua idade.

Melo (2018), ao observar a efetivação dessa responsabilidade em sua prática clínica, descreve:

A criança já reconhece, sente e se ajusta criativamente ao que melhor lhe convém. Se estiver com fome chora para receber alimento. Se estiver satisfeita sorri ou dorme. Ainda não tem recursos da linguagem falada do adulto, mas comunica o que lhe acontece por outros meios: o choro, o sorriso, os movimentos corporais (MELO, 2018, p. 89).

A partir de constatações como essa, Cytrynowics (2018) argumenta que é um equívoco pensar a criança como um ser ingênuo que não pode responder por si próprio, como se não tivesse entendimento, uma história pessoal e um mundo próprio. Diferentemente, a criança já é capaz de expressar aquilo que quer e o que não quer, cuidando assim do seu existir. Com base nisso, ela faz questão de ressaltar que criança “já é gente!”. Tal como o adulto, está em uma condição de transformação e já está sendo no momento presente.

Assim sendo, torna-se fundamental entender a criança em sua capacidade responsiva, sobretudo porque a essa noção de responsabilidade está interligado o movimento de crescimento do humano. A partir do momento que a criança é acolhida e compreendida em sua capacidade de se posicionar a partir de suas singularidades existenciais, ela pode se lançar no mundo, correspondendo ao desejo que possui de desbravá-lo. É nesse movimento de se lançar no mundo que ela irá se aproximar e descobrir capacidades e limitações que ainda não compreende, mas que lhe possibilitam ser ela mesma. Assim, ao desbravar o mundo e, conseqüentemente, a si mesma, a criança reconhece novos modos de se posicionar, adquirindo para si mais “autonomia existencial” (CYTRYNOWICS, 2018).

Ao falar sobre o crescimento, Cytrynowics (2018) descreve que, enquanto vive, “a criança está voltada para o seu próprio advir e a possibilidade do novo, isto é, para o seu futuro” (p. 147). Dessa maneira, ao crescimento está relacionado esse reconhecimento de outras possibilidades, sobre o que a autora continua dizendo:

Nessa ampliação das possibilidades que constitui o crescimento, a história própria e particular também vai se constituindo. Desse modo, crescer significa ao mesmo tempo abrir-se para o futuro e para a condição histórica de poder-ser em sua continuidade livre e significativa (CYTRYNOWICS, 2018, p. 150).

Nesse movimento de crescimento, atuando como ser responsável, a criança vai se constituindo de modo único, visto que, de acordo com Melo (2018), ela já apresenta essa “necessidade” de ser ela mesma. Enfatiza-se ainda que esse movimento não se estanca. Apesar de se entender que ele acontece de modo mais intenso na infância, tem sua continuidade em todas as idades (CYTRYNOWICS, 2018).

Contudo, apesar de esse movimento de crescimento ser constituinte da originalidade do ser, há circunstâncias que podem impedir ou dificultar sua realização. Nesse caso, entende-se que a pessoa tem a atuação de sua responsabilidade limitada, de tal maneira que não age com base em sua singularidade. Heidegger (2006) argumenta a esse respeito, apontando como consequência um distanciamento da pessoa de si mesma, o que culmina no que ele chama de “impropriedade”. Atentas a isso, tanto Cytrynowics (2018) quanto Melo (2018) sinalizam para a vivência dessa interrupção do movimento de crescimento na infância, no que elas apontam a influência da relação nesse processo. Por essa razão, torna-se mister refletir a respeito do papel que a relação assume na infância, uma vez que esta pode favorecer ou restringir seu crescimento (CRYTRYNOWICS, 2018; MELO, 2018).

3 AS RELAÇÕES E O TESTEMUNHO COMO PONTO DE PARTIDA

A criança, tal como o adulto, é um ser capaz de responsabilidade, de tal modo que já tem em si o ímpeto de cuidar de ser. É essa capacidade que lhe permite realizar um movimento de crescimento, em que ela amplia o reconhecimento de suas possibilidades e limitações, constituindo-se, assim, em sua singularidade (CYTRYNOWICS, 2018). No entanto, a abordagem fenomenológico-existencial ressalta que, para que o ser humano possa atuar em sua responsabilidade, moldando o ser conforme si mesmo, é necessário que se perceba em sua forma de ser (CRITELLI, 1996). Ao argumentar sobre a possibilidade de percepção do próprio ser, Heidegger explica que isso se dá à medida que a pessoa “se relaciona e se comporta de modo essencial, primeira e constantemente, a saber, a partir do ‘mundo’” (HEIDEGGER, 2006, p. 53). Baseado nesse entendimento, enfatiza-se, portanto, a característica ontológica do humano de ser-no-mundo (CRITELLI, 1996).

O pensamento heideggeriano postula então que a percepção de ser acontece uma vez que, dentro do seu horizonte existencial, ele se mostra “em si mesmo e por si mesmo” (HEIDEGGER, 2006, p. 54). A partir desse pressuposto, Critelli (1996) explicita que a possibilidade de ser acontece no entrelaçamento com o mundo, este entendido como “uma rede de relações significativas” (p. 83) na qual a pessoa está inserida. É apenas através das relações que estabelece com o mundo que o ser pode ser manifesto e expresso, uma vez que é aí que ele se coloca em ação, falando, interagindo, sendo. A respeito disso Cytrynowics (2018) escreve: “É sempre junto às coisas no mundo que nos descobrimos como ou quem somos” (p. 221). Fundamentada nessa perspectiva, a fenomenologia busca perscrutar o ser que se mostra em sua trama de significações construída no mundo (CRITELLI, 1996).

Todavia, Critelli (1996) chama a atenção para o fato de que o movimento de mostrar-se não é o bastante para que o ser humano possa corresponder ao que manifesta de si e assim levar a cabo seu crescimento. Para tanto, ela aponta ser imprescindível que aquilo que é mostrado “seja visto e ouvido por outros” (CRITELLI, 1996, p. 77), o que denomina de testemunho. A autora explica que “a realização de algo não depende apenas da presença da coisa [...], mas do olhar, do lugar iluminado e iluminante em que a coisa ganha a possibilidade de mostrar-se” (p. 105). Critelli (1996) tece, assim, a analogia desse testemunho que se faz presente como um olhar, comparando-o a uma clareira que ilumina para a pessoa aquilo que ela mostra de si. Critelli (1996) afirma que “pelos outros o indivíduo sabe-se, sendo, que é, reconhece-se. Sua existência não se torna real sem os outros” (p. 79). Desse modo, sozinha, a

pessoa não se realiza naquilo que é, sendo apenas em relação com um outro que a testemunhe que esta possibilidade se concretiza (CRITELLI, 1996).

Consoante com o pensamento de Critelli, Martin Buber (1878/1974) também discorre, em sua antropologia filosófica, a respeito da relação que viabiliza o reconhecimento de si, denominando-a de relação Eu-Tu. Para esse filósofo, é apenas na presença de um tu que a pessoa pode entrar em contato consigo mesma e assim dizer “eu”. Portanto, Buber (2006) afirma que é na presença de outro que a pessoa pode se perceber em sua “unicidade”. Ele aponta a diferença dessa relação com as demais, uma vez que entende que é apenas através da relação Eu-Tu que acontece um encontro genuíno, pessoa–pessoa, capaz de impulsioná-la para seu crescimento (BUBER, 1878/1974; 2006). Diante disso, é possível concluir, assim como Melo (2018, p. 88) explicita, que “uma relação bem estabelecida que prioriza e prima pelo respeito e cuidado afetivo no encontro com as singularidades existenciais promove o crescimento saudável”. Pode-se dizer então que a relação é o ponto de partida para a realização do ser, o que permanece ao longo de todo o seu existir.

Diante da crucialidade da relação que testemunhe a pessoa naquilo que ela mostra de si, Critelli (1996) sinaliza para as consequências da ausência desse testemunho. Ela esclarece que, diante dessa circunstância, o que se mostra não alcança um aparecer significativo nem mesmo para quem o revela. . Nas palavras da autora (CRITELLI, 1996, p.78), “é como se nunca tivessem aparecido”, o que culmina em um desfalecimento do ser. Ela aponta ainda para uma forma de relação em que, mesmo que se mostre para um outro, pode não haver consonância entre o que se manifesta e o que é testemunhado. A esse respeito, ela explica:

Se o testemunho do outro é sempre contrário ou contraditório em relação ao que o eu vê, pensa, sente, imagina, quer, sua estrutura existencial e de identidade ficam totalmente abaladas. Ainda mais quando esse outro já entra na vida do eu como alguém revestido de alguma autoridade (como no caso dos pais em relação à criança) (CRITELLI, 1996, p. 82).

Entende-se, assim, que nesses casos a relação Eu-Tu não acontece, o que, por sua vez, compromete o reconhecimento de si mesmo, fragilizando-o.

Para Buber (1878/1974), além da relação que propicia a comunicação de si, em um encontro genuíno, há a relação Eu-Isso. Ele explica que essa relação viabiliza ao ser humano colocar-se diante do mundo, elaborando e produzindo significados sobre este, o que se faz necessário para que se situe no espaço em que vive. Contudo, Buber sinaliza para o risco de se viver predominantemente a partir dessa relação, sobretudo no que tange às relações humanas.

Conforme ele aponta, a relação Eu-Isso implica em um afastamento da presença do outro, o que termina por objetificá-lo. Tal objetificação vai contra aquilo que é importante para o ser humano, pois, como reflete o filósofo:

A única coisa importante é que, para cada um dos dois homens, o outro aconteça como este outro determinado; que cada um dos dois se torne consciente do outro de tal forma que precisamente por isso assuma para com ele um comportamento, que não o considere e não o trate como seu objeto, mas como seu parceiro num acontecimento da vida, mesmo que seja apenas uma luta de boxe. É este o fator decisivo: o não-ser-objeto (BUBER, 1996, p. 137–8).

Assim, apesar de o homem ser passível de objetificação, Buber (1982/1974) defende que isso não corresponde ao que caracteriza o homem, destituindo-o de sua humanidade.

Tendo, pois, em vista os riscos que tanto Critelli (1996) quanto Buber (1982/1974) mencionam sobre o predomínio de uma relação em que a pessoa não seja acolhida no que ela mostra de si, torna-se motivo de preocupação quando se identifica na modernidade um pensamento corrente que privilegia o modo Eu-Isso de se relacionar. Ao perceber essa tendência sendo disseminada, sobretudo pela ciência, Martins (2010) constata que se relaciona com o fato de que “o mundo do Isso é seguro e inspira confiança: é nele que o homem domina seu objeto” (p. 31). Entretanto, mesmo sabendo dos progressos alcançados pela ciência, através da possibilidade de ordenar e classificar o que existe, sua disseminação para o campo do humano termina por concebê-lo a partir de um modelo prévio, criando teorias que se sobrepõem ao existir (CRITELLI, 1996; LUCZINSKI; ANCONA-LOPES, 2010; MARTINS, 2010).

Consciente da influência da aplicação desses modelos prévios de se conceber o humano no campo da Psicologia, Cytrynowics (2018) problematiza as teorias do desenvolvimento, vigentes no século XX. Conforme ela explica, a partir dessas teorias o humano é entendido a partir de um modelo ideal de adulto que deve ser alcançado, após a vivência de uma sucessão de fases. Sob esse olhar, o humano passa a ser compreendido tendo como referência padrões de conduta construídos sobre princípios preestabelecidos como verdadeiros. A autora enfatiza os danos dessa compreensão aplicada à infância. Como ela descreve, vista sob a ótica das teorias do desenvolvimento, a infância é considerada como um momento que deve ser superado, em direção a “um estado de amadurecimento, considerado superior e mais representativo da condição humana” (CYTRYNOWICS, 2018, p. 30). Nessa concepção, a criança é entendida como um ser imaturo, desprovido de responsabilidade ou de

capacidade de entendimento. Portanto, esse modo de compreensão, a partir de modelos prévios, influencia uma forma de lidar com a criança tendo em vista o que ela deve deixar de ser, para se tornar o que ainda não é (CYTRYNOWICS, 2018).

Pelo que já foi explicitado até aqui, entende-se que tal concepção favorece a predominância da relação Eu-Isso na infância. Ao serem tomadas como seres incompletos e frágeis, as crianças são envoltas por relações que lhes tratam de forma superprotetora, autoritária, insegura e até mesmo indiferente. Esses modos de relação promovem, por sua vez, o distanciamento daquilo que se pode observar diretamente na existência de cada criança, naquilo que ela já traz de significativo para si. Dessa maneira, como afirma Cytrynowics, esta não tem como se mostrar, de tal modo que suas necessidades, solicitações e possibilidades ficam encobertas (CYTRYNOWICS, 2018).

A autora então aponta para o modo como tais relações afetam a criança. Em suas palavras, quando “percebe que não é ouvida ou considerada, [a criança] pode reagir de diferentes modos, desde o encolhimento que a leva a se esquivar até reações de revolta, raiva e descontrole” (CYTRYNOWICS, 2018, p. 229). Além disso, à medida que as relações a negligenciam na sua capacidade de se relacionar consigo mesma e com o mundo de um modo que lhe é próprio, ela é tolhida em sua autonomia existencial e por isso não encontra condições favoráveis para experimentar e desenvolver suas possibilidades pessoais de crescimento. Logo, entende-se que tais relações impactam diretamente na saúde emocional da criança, pois, como apontam Cytrynowics (2018) e Melo (2018), é em decorrência dessa privação que emergem os problemas emocionais e os sofrimentos.

Na contramão do que postulam as teorias do desenvolvimento, a perspectiva fenomenológico-existencial lança outro olhar em direção à infância, considerando-a a partir dos mesmos pressupostos existenciais que caracterizam o humano. Sendo assim, a criança é também ser-no-mundo, de modo que, desde que nasce, ela já está tecendo algum entendimento sobre si e sobre o mundo, a partir das relações que estabelece (CYTRYNOWICS, 2018). Sobre isso Cytrynowics (2018) enfatiza:

No mundo de envolvimento e de relações de proximidade com pessoas e coisas, mais ou menos familiares, a criança está sempre descobrindo a si mesma, o lugar onde vive, as coisas que manuseia, os cheiros de que gosta e as coisas de que não gosta, suas preferências e dissabores (CYTRYNOWICS, 2018, p. 90).

Inserida no mundo, a criança o experiencia, ampliando sua consciência, podendo reconhecer-se, bem como o que está ao seu redor (MELO, 2018). Seguindo esse olhar, entende-se que não é preciso esperar que ela cresça para que saiba dizer o que anseia ou teme. Logo, o

pensamento fenomenológico-existencial parte da compreensão de que a criança já está sendo no momento presente que vive (CYTRYNOWICS, 2018; MELO, 2018).

Faz-se então importante questionar: Quem ela é, como pode ser, quais são seus apelos próprios, seus gostos, seus medos? É preciso que a criança seja compreendida no que ela já carrega consigo; não por aquilo que supõem sobre ela, mas a partir daquilo que ela é capaz de mostrar. Pressupõe-se então uma relação de proximidade para com a criança, proximidade que se faz mais necessária tanto menor for essa criança. Sobre isso, Cytrynowics (2018) descreve que, “quanto menor é a criança, mais encobertos são tanto o seu mundo, como o seu dizer. Assim, quanto menor a criança, mais a sua expressão e comunicação podem ser alcançadas somente a partir das relações de maior proximidade” (p. 106). À medida que cresce, tal compreensão torna-se mais tangível, através do brincar e do falar. A autora aponta estes como os dois modos de expressão da existência, sendo que ambos se complementam. Todavia o brincar prevalece até o momento em que a capacidade de compreensão da criança vai sendo desenvolvida e ela pode também usar das palavras para se expressar (CYTRYNOWICS, 2018).

Sendo então provida da capacidade de se expressar, a incompreensão da criança acontece “por falta de entendimento do adulto ou da própria relação entre ele e a criança”, assim como argumenta Cytrynowics (2018, p. 104). Por isso, faz-se essencial uma relação de proximidade, em que o adulto se relacione com a criança, buscando testemunhá-la no que ela revela de si, através dos seus sentimentos, desejos e ações. Sendo testemunhada, ela pode então aproximar-se de si, conhecendo suas possibilidades e limitações. Assim ela se torna capaz de assumir diferentes modos de agir, indo em direção a sua autonomia existencial.

Portanto, o papel do adulto assume importante destaque na infância. Cabe a ele confiar na sua capacidade de crescer e acompanhá-la no seu movimento de crescimento. Enquanto isso, o adulto deve lhe emprestar sua autonomia, ajudando-a a ampliar sua visão sobre aquilo que ela ainda não sabe sobre o mundo, o que é diferente de lhe impor sua autonomia. Essa imposição sugere uma postura de superioridade do saber do adulto sobre o da criança que não corresponde ao que é de fato, pois o seu não saber não se refere a uma incapacidade, mas ao seu tempo de relação com o mundo, que é menor comparando-se ao tempo do adulto. Desse modo, ao invés de subestimar a criança, ele deve favorecê-la na sua interação com o mundo, para que possa assim reconhecer seu próprio modo-de-ser-no-mundo, em uma relação regada por “responsabilidade, esperança e confiança” (CYTRYNOWICS, 2018, p. 80). É nesse envolvimento entre ambos que o caminho da criança se formará.

Torna-se notável que compreender a criança a partir de modelos prévios, apresentando-a como um ser incompleto, é um grave equívoco, repercutindo em relações que se distanciam do que ela vive em sua trama existencial e que por isso causam sofrimento. Ao invés desse distanciamento, é preciso proximidade. É preciso que a criança seja acolhida em relações que a testemunhem no modo pessoal em que ela é afetada pelo que vive no mundo. Fundamentada nessa visão, a teoria fenomenológico-existencial oferece caminhos para uma prática psicoterápica, em que a relação se torna o terreno fértil para que a criança seja favorecida no seu crescimento de modo saudável. Pensar esses caminhos torna-se fundamental, sobretudo diante de um contexto em que o índice de adoecimento infantil tem aumentado de modo preocupante (MELO, 2018).

4 A PRÁTICA CLÍNICA A PARTIR DA TEORIA FENOMENOLÓGICO-EXISTENCIAL

A visão de homem como um ser ontologicamente relacional e responsável por sua existência fundamenta a psicoterapia fenomenológico-existencial, a qual sustenta sua prática em uma proposta relacional dialógica; isso significa dizer que seu principal foco de intervenção está centrado na relação terapêutica (HYCNER & JACOBS, 1997). Entretanto, tal relação não se reduz a um simples contato entre paciente e profissional. Antes, diz respeito a um convite para um modo de estar no mundo a partir de uma proximidade que favoreça uma relação Eu- -Tu, em que a pessoa possa contemplar a si mesma a partir da presença viva do outro. Contudo, para que tal relação se estabeleça, propiciando o encontro psicoterápico, é importante sua alternância com o modo Eu-Isso de relacionar (LUCZINSKI; ANCONA-LOPES, 2010).

A esse respeito, Luczinski e Ancona-Lopes (2010) elucidam que no ambiente terapêutico, assim como na existência, a relação Eu-Isso viabiliza a reflexão e a elaboração de significado do que se vive. A alternância entre esses modos de ser é preponderante, pois tanto a permanência em um modo quanto em outro não corresponde à necessidade do humano. Por isso, é importante se atentar para o risco de uma relação Eu-Isso na prática clínica, em detrimento da relação Eu-Tu, como observado em práticas centradas no uso de técnicas, em que há uma postura de distanciamento da singularidade do paciente. De modo contrário, na psicoterapia fenomenológico-existencial, a relação Eu-Isso constitui-se como um caminho que favorece a proximidade com o paciente em sua forma de ser-no-mundo, a fim de que a relação pessoa-pessoa aconteça (LUCZINSKI & ANCONA-LOPES, 2010).

Sendo o foco da intervenção terapêutica uma relação que possibilite o encontro pessoa-pessoa, a presença do profissional adquire um caráter essencial para o desencadeamento do processo psicoterápico (LUCZINSKI & ANCONA-LOPES, 2010). Portanto, torna-se um princípio para a psicoterapia a conversão da fundamentação teórica dessa abordagem em uma postura psicoterapêutica. Revestido dessa postura, cabe ao profissional estabelecer uma ponte em direção ao paciente, convidando-o para uma nova forma de se relacionar. O primeiro passo para que isso aconteça é consolidar “um tipo de confiança que é essencial ao necessariamente difícil trabalho de psicoterapia” (HYCNER, 1995, p. 120). Esse vínculo de confiança é formado através de uma escuta cuidadosa e atenciosa que proporciona o acolhimento daquilo que a pessoa relata. Portanto, sua presença não se trata apenas de uma “presença técnica”; antes, implica em uma atitude interessada,

respeitosa, receptiva e não moralista do profissional que busca olhar para a pessoa naquilo que ela mostra a partir de si mesma (HYCNER, 1995).

Em prol dessa postura profissional, adota-se na prática clínica a aplicação do método fenomenológico. Através desse método, toda concepção pré-formulada é deixada de lado, a fim de apreender o sentido que a vivência tem para a pessoa. Dessa forma, como explica Cardoso (2014, p. 4), “é o cliente quem vai descrever espontaneamente aquilo que ele experiencia a partir de sua perspectiva, e não daquela do psicoterapeuta ou do tema que seja do interesse particular deste”. Relacionando-se com a pessoa a partir do que ela expressa em sua singularidade e não por conceitos previamente formulados, o profissional cria condições para que ela entre em contato consigo mesma. Esse contato, por sua vez, leva ao reconhecimento de emoções, sensações e pensamentos presentes, de tal modo que o paciente amplia sua autopercepção, podendo manifestar o que reconhece (FRAZÃO *et al.*, 2014).

Evidencia-se que o processo psicoterápico visa estabelecer uma proximidade com o paciente para que ele se aproxime de si mesmo e possa então dizer de si. Contudo, entende-se que não basta que ele fale de si. É necessário que a fala que emerge do seu reconhecimento pessoal seja ouvida por outro, isto é, seja testemunhada. Por isso, Critelli acentua a importância do testemunho para que aquilo que é expressado através da fala alcance sua realidade. Em suas palavras, ela argumenta que “o alcance dessa fala é a confirmação da existência” (CRITELLI, 1996, p. 77). Logo, este apresenta-se como outro aspecto fundamental da relação terapêutica.

O psicoterapeuta, ao acolher a fala do paciente, confirmando-o em sua personalidade, assume esse papel de testemunho. Cardoso explicita que o sentido do cuidado terapêutico está nessa confirmação do paciente. Sobre isso, ela afirma que “cuidar, então, é confirmar o íntimo, no sentido daquilo que é o mais singular da pessoa, na contramão das aparências superficiais e vazias de sentido, tantas vezes supervalorizadas na nossa sociedade” (CARDOSO, 2013, p. 10). Sendo assim, é possível dizer que o cuidado terapêutico acontece através do testemunho que confirma o paciente em sua personalidade.

Tal confirmação reverbera em um posicionamento na existência de forma cada vez menos alienada de si mesmo e do mundo, contribuindo para uma atitude responsável (ANDRADE, 2002). No que tange a essa atitude responsável suscitada através do encontro intersubjetivo, Mahfoud (2012, p. 76) esclarece que “numa relação respeitosa, atenta àquela vida radical em mim, numa resposta a ela passo a estar efetivamente diante das coisas e diante dos outros. Aqui eu sou eu”. Quanto a esse posicionamento que emerge da consciência de si, Mahfoud explicita que ele está fora do alcance do psicoterapeuta. Logo, não lhe compete

sugerir caminhos para a pessoa lidar com as situações que enfrenta. Antes, deve confiar na capacidade do paciente de atualizar seu potencial, respondendo a partir da sua singularidade. Contudo, cabe ao psicoterapeuta “permanecer diante da surpresa da dinamização do problema humano”, acompanhando a pessoa no seu movimento de vir-a-ser (MAHFOUD, 2010, p. 7).

A relação terapêutica apresenta, portanto, uma função de favorecer o processo de crescimento da pessoa na medida em que lhe acolhe como está e lhe impulsiona na busca pelo que pode ser, a partir de si mesmo. Nesse sentido, Pompéia e Sapienza (2004) elucidam a fecundidade da relação terapêutica, comparando-a à terra fértil.

A peculiaridade da terra fértil é sua abertura para acolher a semente que cai sobre ela. Esse solo recolhe a semente para que o grão venha a ser. Pois a semente é sempre um ‘poder ser’, uma promessa daquilo que ainda não é, mas que poderá ser e chegará a ser quando encontrar a terra fértil. Não será aquilo que a terra possa querer que ela seja, mas aquilo mesmo que ela, semente, já traz como poder ser (POMPÉIA & SAPIENZA, 2004, p. 28).

Como testemunho humano, o psicoterapeuta é terra fértil que acolhe a pessoa, tal como uma semente que já tem em si o ímpeto para se transformar, mas não o pode sozinha. É necessário, pois, apenas recebê-la com o que ela traz, ajudando-a a reconhecer seu potencial de transformação para que ela cresça. É nesse sentido que é possível apontar a contribuição da psicoterapia que aposta na relação como fonte de posicionamento responsável da pessoa perante sua existência.

Na psicoterapia infantil a relação dialógica como possibilitadora do encontro pessoa–pessoa é também o ponto de partida (AGUIAR, 2005). Todavia, para que a fecundidade do encontro psicoterápico se mantenha preservada, é essencial que a criança seja olhada como um ser que está sendo, na peculiaridade do seu existir. Portanto, considera-se preponderante uma postura de despojamento por parte do psicoterapeuta, que busque encontrá-la na sua “existencialidade temporal, espacial, corpórea e afetiva” (MELO, 2018, p. 101). Isso implica em abrir mão de uma atitude diretiva que imponha sobre a criança uma forma preestabelecida de agir. Com essa postura, busca-se facilitar sua abertura para que ela se mostre em seu modo singular de ser criança (AGUIAR, 2005). Nas palavras de Melo (2018):

Esse movimento é sutil e só pode acontecer na disposição “espontânea afetiva do encontro genuíno” que acontece na afinação afetiva paciente–psicoterapeuta, em que o terapeuta, despojado do seu poder de adulto e técnico, entrega-se para o encontro colocando-se inteiramente à disposição do momento vivido. Na compreensão fenomenológica, o psicoterapeuta coloca em suspensão o seu saber para se encontrar com a criança (MELO, 2018, p. 78).

Para tanto, assim como descrito no tópico anterior, muito além do saber teórico, a proximidade e a confiança apresentam-se como as condições necessárias para a prática clínica infantil (CYTRYNOWICS, 2018; MELO, 2018).

A importância da proximidade e da confiança para que o processo psicoterápico infantil seja fecundo, capaz de favorecer o crescimento da criança, é observada através do atendimento de uma menina de dez anos. No início do processo psicoterápico, esta morava com a mãe e mais três irmãos, sendo os dois mais velhos, filhos de outro pai, e o irmão caçula, filho do mesmo pai. Seu pai não morava com a família, pois ele e a mãe da criança estavam separados. Contudo, ele mostra-se presente na vida da filha, responsabilizando-se por levá-la ao colégio todos os dias.

A menina chegou ao atendimento trazida pela mãe que apresentava como principal queixa o comportamento desobediente da filha, o qual observa desde seus primeiros anos de vida. A mãe afirma ficar irritada e desorientada em como lidar, não somente com sua desobediência, mas também com a frequente mudança de humor da criança. Em relação à mudança de humor, ela relata que a filha reage com agressividade diante das frustrações, causando muitos conflitos no ambiente familiar. Aponta ainda sua preocupação com sua agitação e com sua desorganização, sobretudo, no que diz respeito as suas atividades escolares. Sobre isto conta que têm sido recorrentes os carimbos de advertências relacionadas ao material incompleto, “para-casas” não feitos ou inacabados e desatenção em sala de aula.

Tanto o pai quanto a mãe demonstram sua insatisfação em relação ao comportamento da menina, comparando-lhe com os irmãos em diferentes aspectos, os quais são obedientes e com bom desempenho acadêmico. Em relação a este último, eles ressaltam que a filha não reconhece sua dificuldade e que resiste em fazer o reforço escolar, o qual ela frequenta com muita insistência dos pais e da madrinha. Além disso, a mãe comenta sua preocupação com os vínculos futuros da filha, pois esta demonstra ser pouco afetiva em seus relacionamentos.

Nesse primeiro momento, os relatos dos pais sobre a criança e suas preocupações e comparações entre os irmãos forneceram dados que facilitaram a aproximação com a trama de relações familiares, ou seja, com o campo existencial em que ela se encontrava. Além disso, esse contato foi essencial para compreender um pouco mais sobre as razões que acarretaram na busca da terapia para a criança. Esse pequeno panorama da dinâmica familiar que me foi fornecido através da aproximação dos pais, foi se ampliando ao longo do processo psicoterápico. Segundo Cytrynowics (2018), esse contato com os pais é o passo inicial para o acompanhamento infantil. A autora enfatiza que “[...] é fundamental ouvi-los, compreender e

aceitar as suas dificuldades e as suas virtudes, sem menosprezar a sua importância na queixa”. Portanto, as considerações dos pais foram acolhidas.

Todavia, quando encontro com a paciente pela primeira vez, deparei-me com uma pessoa diferente daquela agressiva e desobediente que esperava encontrar. Esta já me contava sobre suas amizades e sobre o que gostava de fazer em família, mostrando-se aberta ao vínculo. Observo ainda a ausência de resistência em seguir as regras das brincadeiras e a naturalidade com que me ajuda na organização da sala ao final do atendimento. Desse modo, comecei a me questionar quanto à imagem que havia construído sobre ela a partir dos relatos anteriores.

Diante dessa indagação, observei que, apesar de considerar os argumentos dos pais, seria importante uma maior proximidade com a criança para que aos poucos pudesse conhecê-la naquilo que ainda não me havia sido apresentado por eles. Tornava-se claro que a menina trazia algo sobre si que somente ela poderia me mostrar. Esse é o sentido que Cytrynowics (2018) defende ao dizer que, no processo psicoterapêutico com crianças,

Podemos melhor conhecê-las a partir delas mesmas, do que dizem ou não de si mesmas, e nos aproximar para perceber diretamente como elas reagem, as suas dificuldades e as dificuldades apontadas pelos adultos, sem confrontá-las com o já sabido. Procuramos perceber o que aparece espontaneamente em seu mundo e o que permanece mais encoberto, as suas limitações, do que e de quem mais gostam, do que não gostam ou se não gostam de alguém (CYTRYNOWICS, 2018, p. 211).

Apreender a singularidade da paciente tornava-se o foco do atendimento e isso seria possível na nossa inter-relação ao longo das sessões. Assim, desde o primeiro dia, procurei facilitar a relação entre nós, primando pela criação de um clima em que o acolhimento, o respeito e a liberdade se fizessem presentes. Para tanto, foi importante que eu me colocasse a sua disposição, abrindo mão da diretividade de suas ações, tão comuns nas relações a sua volta. Informei que poderíamos conversar ou brincar, conforme fosse sua vontade. Assim, sem que eu a direcionasse, ela demonstrava sentir-se livre para se aproximar de mim, de modo que a cada encontro foi-se construindo uma relação entre nós.

Livre para fazer o que quisesse, a paciente escolhia, predominantemente, brincar durante as sessões. Neste ponto, é de suma importância esclarecer a relevância da brincadeira na psicoterapia infantil, visto que através dela a criança “preserva sempre a liberdade e o vigor do poder ser de modo próprio na relação significativa com o mundo” (CYTRYNOWICS, 2018, p. 118). Assim, enquanto brincávamos, eu apreendia aos poucos o modo como a menina se relacionava com o mundo. Nas brincadeiras ela expressava seus conflitos familiares e sua impaciência com atividades escolares que exigiam mais raciocínio.

Ficava clara sua maior satisfação por atividades manuais em que ela podia expressar suas habilidades criativas, que me pareciam ser pouco valorizadas pelos pais no ambiente familiar. Diferentemente, eles traziam o envolvimento da filha com atividades manuais como algo supérfluo no qual ela desperdiçava um tempo que poderia ser investido em atividades intelectuais, nas quais ela não demonstrava interesse.

Em seu livro *A Criança e a Infância*, Cytrynowics (2018) descreve com detalhes a importância do brincar no processo psicoterapêutico infantil. Compartilhando da mesma visão da autora, Melo (2018, p. 99) afirma que “o brincar é um acontecimento livre e natural, facilitador da confiança e da intimidade”. Em minha relação com a paciente, percebia que o brincar estava favorecendo nossa proximidade. A mãe, inclusive, havia me relatado que a filha gostava muito de ir à terapia.

Contudo, apesar dessa proximidade, eu observava que a criança não falava muito de si durante os atendimentos, o que me deixava intrigada. Curiosa, eu perguntava como tinha sido seu dia e ela me respondia, superficialmente, sobre o que havia feito na escola. Quando decidia me contar algo a mais, percebia que sempre destacava apenas as coisas boas que lhe aconteciam, citando rapidamente as advertências no colégio e conflitos com o pai, principalmente. Mas logo envolvia-se com as brincadeiras. Muito embora fossem vários os questionamentos em relação a essa postura frequente da menina, eu buscava priorizar seu movimento, colocando-me no lugar de acompanhante que acolhe e acredita na sua capacidade de crescimento.

Apesar do vínculo formado, já passado um ano que estava acompanhando o caso, certo dia encontro a paciente emburrada na sala de espera, antes de iniciar a sessão. Fico com a sensação de que algo diferente estava acontecendo, pois era a primeira vez que a via daquele modo. Pergunto o motivo de estar assim, mas ela nem sequer olha nos meus olhos. O pai, que a acompanhava, responde que a filha “cismou que não quer continuar a terapia”. Ele lhe pede para conversar comigo, ela retruca dizendo que não vai falar. Depois de algum tempo ela me diz que não quer continuar a terapia. Faço o convite para que ela e o pai me acompanhem até uma sala para conversarmos, mas ela se recusa a entrar e diz, em tom ríspido, para o pai conversar comigo, pois não quer conversar. Nesse momento, presencio o que a mãe me descrevia sobre a reação hostil da filha diante de algo que lhe contrariava. Entretanto, diferente de como era costume acontecer em seu contexto familiar, eu não poderia tomar sua atitude apenas como uma “pirraça”, que poderia ser ignorada. Mas também reconheci que não seria viável forçar uma conversa com a criança. Ir contra a sua decisão apenas agravaria a situação.

Aguardei um pouco apesar de saber que era necessária uma aproximação, pois ela estava muito incomodada com a situação. Com serenidade, percebendo o quão difícil estava o momento, volto até ela, ainda na sala de espera, e lhe questiono o que a fez tomar tal decisão. Ela me responde que “está perdendo tempo, pois toda semana está indo brincar e que não está adiantando”. Digo-lhe que respeito sua decisão de não continuar, mas que gostaria de atendê-la pela última vez, pois gostaria de compreender o que realmente estava acontecendo. A paciente nega mais uma vez. Diz que não vai. Como ela mostrava-se muito resistente em conversar comigo, tal aproximação exigiu de mim uma “disposição verdadeira, atenciosa e afetiva” naquele momento, atitude indispensável para o processo terapêutico infantil (CYTRYNOWICS, 2018, p. 159). Eu então lhe digo que será a última vez que vamos nos ver e que precisamos nos despedir. Chamo-lhe para a sala para essa despedida. Ela aceita e entra comigo na sala. Assenta-se cabisbaixa.

Eu novamente lhe atesto que respeito sua decisão de não continuar, porém ressalto que sentirei sua falta. Percebo que minha fala contribui para um movimento de abertura da paciente, que me corresponde dizendo que também sentirá minha falta. Percebendo-a mais aberta na relação, pergunto-lhe o que quis dizer quando menciona sua percepção de que a terapia não está adiantando. Ela começa dizendo que quando começou a terapia foi por vontade de sua mãe, mas ressalta que quis continuar, porque me achou legal. Não obstante seu gosto de frequentar a terapia, a criança me relatava com suas palavras que via não estar adiantando. Pergunto como ela vê isso. Ela responde que só brinca e que fica evitando falar dos seus sentimentos.

Certamente, ali a menina não compreendia a importância de todo aquele tempo que passamos brincando juntas. Em um clima de aceitação, em que ela encontrava condições de exercer sua autonomia, escolhendo e conduzindo as brincadeiras, consolidava-se entre nós uma relação de proximidade e confiança, que lhe tornaria capaz de falar do que ela até então se esquivava: seus sentimentos. Quanto a isso, Cytrynowics (2018) elucida que, uma vez que percebe no psicoterapeuta “apoio e respaldo ante os seus temores e inseguranças” (p.262), ela compartilha do seu cuidado. O estabelecimento de tal relação contribuía, por sua vez, para o surgimento de um novo movimento por parte da criança, revelando-me algo até então oculto.

Diante da revelação que a criança me fazia, contando-me que evitava falar dos seus sentimentos, fui conduzida por uma curiosidade genuína, que me fez indagá-la o que a levava ter tal atitude. Ela me conta chorando, intensamente, que tem medo. Nesse momento, ela se abria para ser tocada por sua emoção. Conforme explica Critelli, esse movimento é importante

para que o eu se revele de modo particular, trazendo à tona a consciência de sua singularidade. A respeito disso ela explica:

Todos nós podemos, por condição ontológica, sentir medo, mas quem teme, na situação, é alguém em particular, é o eu. As emoções mostram ao eu que ele não é e nem pode ser o outro e vice-versa. A emoção dá ao eu a noção de seu estar-situado como si mesmo no mundo (CRITELLI, 1996, p. 95).

Aquela criança, que dificilmente expressava em palavras algo sobre si durante a terapia, entrava em contato com algo muito pessoal, manifestando em minha presença. Eu reconhecia o profundo cuidado que deveria ter com o que ela estava vivenciando. Contudo, era importante buscar compreender aquele sentimento. Essa compreensão do sentimento, segundo Cytrynowics (2018, p. 263), é “fundamental para a compreensão da criança e do seu mundo”.

Por isso, enquanto a paciente ainda estava chorando, indaguei-lhe qual seria o motivo do seu medo de falar do que sente. Ela me explicou então que tem medo de que as outras pessoas fiquem sabendo, pois tem medo de que falem mal dela. Esse era o seu drama, que não me havia sido relatado pelos pais, o que evidencia que a queixa destes é diferente da demanda da criança, tal como aponta Cytrynowics (2018). Assim, eu compreendia que, por trás do seu comportamento hostil, tão questionado pelos adultos, apresentava-se um sentimento que ela não se permitia mostrar.

Além de identificar a demanda presente, observava ainda que a menina estava vivendo o que me relatava temer. Todavia, tinha a oportunidade de vivenciar o motivo de seu temor em uma relação em que não era criticada pelo sentimento que expressava. Pelo contrário, ao ouvi-la sem julgá-la, eu a testemunhava no seu medo de se mostrar, ao mesmo tempo que ela se mostrava. De acordo com Aguiar (2005):

Na situação terapêutica, o que vamos observar é que a maioria das crianças suprimiram uma grande parte de seus sentimentos na medida em que não puderam ser confirmadas por sua família e uma das tarefas da psicoterapia é exatamente a de possibilitar a identificação, aceitação e expressão de tais sentimentos (AGUIAR, 2005, p. 100).

Assim, na nossa relação, a paciente vivia a possibilidade de ser em sua singularidade, sem comparações e sem ser corrigida no modo como deveria se sentir ou se comportar. Preocupo-me apenas em saber como ela está se sentindo ao me dizer essas coisas. Ela descreve, já sem chorar, que está bem, porque conseguiu falar, demonstrando uma expressão de alívio. Cytrynowics (2018) aponta a importância do cuidado próximo e significativo do

terapeuta para que as dificuldades da criança sejam superadas. Desse modo, percebo que minha presença dava a ela o respaldo para reconhecer sua dificuldade em falar do que sentia, descobrindo assim sua capacidade de viver o que temia.

Para Cytrynowics (2018), a descoberta tanto das dificuldades quanto das possibilidades, proporcionada por uma nova relação, favorece o movimento de crescimento, pois a criança pode agir mais conforme si mesma. Esse movimento de crescimento implica em uma tomada de posição responsável, como já explicitado anteriormente. No caso exposto, tal posicionamento já é observado logo em seguida, quando a paciente declara que quer continuar a terapia, diferentemente do que havia dito antes. Assim, a partir do acolhimento, do cuidado com seus sentimentos e reações, sem julgamento, diferentemente do que vivia no ambiente familiar, a menina se permitiu demonstrar sua fragilidade, suas dúvidas e medos e com isso pôde se aproximar um pouco mais de si, permitindo-se ser.

Nesse momento, a criança demonstra ter se vinculado ao processo terapêutico, a partir de sua própria vontade, já não mais por influência da mãe ou de outra pessoa. Esse é um dos aspectos almejados na psicoterapia, uma vez que, conforme Melo (2018, p. 100) esclarece, “espera-se que o paciente possa reaproximar-se de si mesmo sentindo-se livre e responsável pela construção da sua história”. Ao tomar sua decisão com base em si mesma, a criança mudava aquilo que seria uma despedida em um novo começo. Dessa forma, refizemos o contrato terapêutico. Peço a ela para eu segurar suas mãos, ao que pergunto se confia em mim. Ela me responde que sim. Ratifico então que tudo o que sente é muito importante para mim e que tudo o que ela me disser eu não direi a ninguém, nem falarei mal dela. Esclareço que o que converso com seus pais é na intenção de ajudá-los a se compreenderem para melhor compreendê-la. Assim, num momento de maior proximidade que provavelmente estreitaria os nossos laços de confiança, respeito e cuidado, eu lhe fazia o convite para a continuidade do processo. A paciente, por sua vez, corresponde ao meu convite, pedindo, pela primeira vez na terapia, para me dar um abraço.

Naquele abraço, já não éramos somente psicólogo e paciente, mas, sim, pessoa e pessoa, em uma relação genuína. Através do seu gesto, aquela criança descrita pela mãe como pouco afetiva demonstrava uma forma de se relacionar mais afetuosa. A partir disso, compreende-se o que Aguiar (2005) afirma ao escrever que a relação terapêutica de caráter dialógico é “uma alternativa para a reconstrução e/ou reconfiguração dos padrões de relação da criança com o mundo” (p. 54). Diante desse modo diferente da criança de se colocar na relação, sou tomada por um sentimento de surpresa e ao mesmo tempo de gratidão. Nas

palavras de Hycner (1995, p. 40), “essa abertura para encontros genuínos significa sempre uma disponibilidade de encontrar o inesperado, o mistério existencial entre pessoas”. Certamente, não esperava vivenciar aquele abraço. Em outras circunstâncias, como no dia do seu aniversário, ela havia se esquivado do abraço que eu quis lhe dar.

A partir daquele abraço, a paciente já me dava sinais de uma reconfiguração do seu modo de se colocar no mundo. Tal reconfiguração também é notada fora do ambiente terapêutico. Em conversa com a mãe, ela me descreve uma discussão com a filha a respeito de uma reclamação do colégio em função do seu rendimento acadêmico, na qual esta aponta: “Você não entende que está difícil?”. Ela apresenta, então, uma nova postura, colocando um limite na cobrança que a mãe lhe faz, além de assumir, para ela e para si mesma, a dificuldade que possui. Tendo reconhecido e expressado sua limitação, a menina aceita retomar o acompanhamento escolar sem a resistência que apresentava desde quando iniciamos o processo terapêutico, explicitando uma tomada de posição pessoal. Esses aspectos reforçam, por sua vez, o desencadeamento do movimento de crescimento da criança que exerce sua capacidade responsiva nas situações que vivencia no seu cotidiano.

Contudo, ainda que esse movimento de crescimento tenha sido propiciado pela relação terapêutica, foi fundamental o trabalho de orientação dos pais ao longo desse processo. Eles, preocupados com o bom desempenho da filha e impacientes com os desafios que lhe colocavam com sua forma de ser, muitas vezes não acolhiam suas dificuldades, nem tampouco suas capacidades. Por isso, fazia-se necessário ajudá-los a compreender a importância de ouvi-la no que expressava de si, ao invés de insistirem nas comparações que faziam entre ela e os irmãos. Assim, no decorrer da terapia, abordei junto a eles a ineficácia dessas comparações, além de intensificar a necessidade de respeitar as diferenças que a filha apresentava em relação aos irmãos e a relevância de lhe ajudarem a exercer sua autonomia, ao invés de reprimi-la. Todos esses pontos foram importantes de ser trabalhados com os pais a fim de que a criança pudesse encontrar um contexto favorável para que as reconfigurações estabelecidas no processo psicoterápico pudessem ser fortalecidas na sua rotina familiar.

Desse modo, o delineamento deste caso deixa claro que influenciar seu comportamento para que deixasse de ser o que é, na intenção de conformá-la em moldes idealizados de ser criança, não era o meu papel como psicoterapeuta. Tal postura significaria uma imposição, que acarretaria em um distanciamento do seu modo-ser presente. Ao contrário, o que de fato se fazia importante era buscar, através de uma disponibilidade afetiva, propiciar a ela uma relação de proximidade e confiança, capaz de ajudá-la a reconhecer a si mesma. Tendo a possibilidade de ser testemunhada em suas limitações e possibilidades, ela

pode, por conseguinte, agir de modo menos alienado às comparações e expectativas dos adultos e mais condizente com sua singularidade. Dessa forma, a paciente atualizava seu potencial, abrindo-se para novos posicionamentos. Além de decidir continuar a terapia, ela passa a manifestar sua dificuldade para seus pais e concorda em ir ao reforço escolar. A menina então começa a exercer sua autonomia existencial, podendo experimentar suas possibilidades pessoais de crescimento, a partir da psicoterapia.

CONCLUSÃO

A corrente fenomenológico-existencial prima por um modo de olhar a criança como um ser que já é afetado pela trama de relações em que está inserida desde que nasce. Inserida nessa trama de relações, ela é dotada de uma singularidade através da qual exerce sua responsabilidade. Em sua unicidade, a criança responde ao que vive, sendo, portanto, capaz de interferir na sua existência, cuidando de ser, tal como os demais seres humanos. Contudo, em função de sua autonomia restrita, ela precisa ter emprestada a responsabilidade de um adulto para que adquira sua própria autonomia existencial, o que implica em uma relação de proximidade. Nessa relação a criança encontra a possibilidade de mostrar-se, sendo testemunhada e por conseguinte confirmada em sua forma de ser, com seus gostos, medos, apelos, sentimentos. Assim, ela é capaz de reconhecer suas capacidades e limitações, de tal modo que possa assumir novos modos de se posicionar a partir de si mesma. Entende-se assim que essa relação favorece o movimento de crescimento, que é presente em todas as fases da vida, mas que acontece de modo mais intenso na infância.

Todavia, esse movimento torna-se comprometido quando a criança não é acolhida em sua forma de ser-no-mundo. A ausência desse acolhimento acontece, sobretudo, em relações que partem do pressuposto de que a criança não reconhece o que é significativo para si e que, por isso, deve se submeter ao saber de outra pessoa. Nessas relações predominam o modo Eu-Isso de se relacionar que objetificam a criança, suprimindo sua autonomia existencial. Como consequência, ela não experimenta e não desenvolve suas habilidades, o que repercute em várias formas de sofrimento, manifestando-se de maneiras distintas, como através de ansiedade e em comportamentos agressivos. Uma vez que esse adoecimento tem sido observado de modo mais intenso na atualidade, paralelo à disseminação de uma concepção sobre a infância como uma fase a ser transposta, em prol de algo que “deve ser”, a aplicação do pensamento fenomenológico-existencial assume especial relevância.

Nesse sentido, a psicoterapia infantil fundamentada nos princípios desta abordagem apresenta-se como uma contribuição a essa problemática atual, em que os casos de adoecimento infantil têm aparecido de modo mais frequente na clínica psicológica. Ao apostar na relação dialógica, esta psicoterapia valoriza o estabelecimento de uma relação de proximidade e confiança entre psicoterapeuta e criança. Isso envolve, sobretudo, uma postura de disponibilidade por parte do profissional que abre mão do seu saber de adulto e que vai ao encontro da criança no lugar onde ela se encontra. Considerada em sua capacidade e

possibilidade de crescimento, mesmo sendo uma pessoa recém-chegada ao mundo, ela encontra condições de expressar-se genuinamente.

Na psicoterapia fenomenológico-existencial, essa expressão se dá através do brincar e da fala. Pelo lúdico a criança recebe um convite para se comunicar de forma espontânea e original, o que lhe preserva a liberdade de poder-ser. À medida que sua capacidade de compreensão vai sendo desenvolvida, a fala passa a representar o modo privilegiado para aproximar e presentificar conteúdos significativos. Logo, ambos os caminhos facilitam a manifestação de uma expressão genuína que viabiliza, por sua vez, o encontro psicoterápico, caracterizado pela relação Eu-Tu. Nessa relação de proximidade, estando diante de outra pessoa que a testemunhe no que mostra de si, emerge o reconhecimento pessoal que impulsiona a criança no seu crescimento. Ela pode então se colocar no mundo de modo mais autêntico.

No exemplo exposto, é possível observar o quanto o estabelecimento do vínculo de proximidade foi importante para que a criança pudesse entrar em contato consigo mesma e, assim, expressar-se durante a terapia. No espaço do atendimento, eu estava disponível para lhe acompanhar no modo como ela decidisse direcionar a sessão. Diferentemente de como era costume acontecer em outros contextos da sua vida, a menina exercita sua autonomia sem ser questionada na pertinência do quê e como estava escolhendo fazer, enquanto brincávamos. Essa disponibilidade lhe ajudou a se fortalecer, além de ter contribuído para a criação de um clima de confiança, o que lhe permitiu comunicar seu medo de falar sobre seus sentimentos para alguém que não os desqualificaria. Fazia-se importante que, na relação psicoterápica, a paciente fosse testemunhada e, portanto, confirmada, naquilo que expressava de muito importante da sua intimidade e que até então estava velado. Sendo assim, na relação que se configurava de um modo distinto daquelas do seu dia a dia familiar, marcadas por cobranças, julgamentos e classificações, a criança podia ser na sua singularidade.

O respeito, a escuta e o testemunho do que fala de si durante a terapia contribuem para que a paciente entre em contato com a sua capacidade de expressar suas dificuldades. Assim, a partir do reconhecimento pessoal que emerge dessa relação, ela assume um posicionamento menos alienado. Esse posicionamento é identificado em vários aspectos, como na sua decisão de continuar a terapia; na sua abertura afetiva, demonstrada ao pedir um abraço; no comentário que faz à mãe em relação ao que é difícil para ela no que tange às atividades escolares e também na sua postura de continuar o reforço escolar.

Todos esses aspectos sinalizam um movimento de crescimento, o que evidencia a potencialidade dessa experiência de encontro vivida na relação terapêutica e que fundamenta

a psicoterapia infantil fenomenológico-existencial. Esta mostra-se como um terreno fértil para que a criança se coloque no mundo de modo mais saudável, reconhecendo suas competências e seus limites, deixando aparecer aquilo que lhe é próprio e único, exercitando sua capacidade responsiva.

No entanto, também é válido considerar que a prática clínica infantil direcionada por esta abordagem é pautada por desafios. Dentre estes, destaca-se aqui o desafio relacionado ao trabalho com os responsáveis pela menina. Como relatado, seus pais, preocupados em solucionar o “problema” da filha, de forma que apresentasse um bom desempenho escolar e um comportamento que não se contrapusesse às regras que lhe eram impostas, demonstram conservar a visão de uma criança inadequada e incompetente. Eles não reconhecem a capacidade de ação e transformação presente na filha, por não corresponder ao que se refere às suas expectativas.

Evidencia-se com isso o distanciamento do entendimento dos pais da compreensão do psicoterapeuta. Assim, ainda que a psicoterapia contribua para o movimento de crescimento da criança, percebe-se que é desfavorecido pelas relações que ela vive no seu dia a dia. Cientes dos danos que tais relações podem acarretar em sua saúde psíquica, faz-se necessário priorizar a família no atendimento infantil. Embora seja desafiante, é importante que ela também tenha a oportunidade de ressignificar alguns conceitos cristalizados do que é ser criança e do que é educação, bem como de ampliar seu entendimento sobre o impacto de uma postura autoritária e tecnicista em relação à criança.

Por seguir na contramão do modo de se relacionar no contexto contemporâneo, centrado em relações objetificantes, a conversão da teoria para a prática psicoterápica fenomenológico-existencial é também outro desafio. No trabalho com crianças, este desafio apresenta-se de modo especial, visto que tem sido cada vez mais comum considerá-las como seres inferiores que precisam ser direcionadas para um padrão de comportamento idealizado. Entretanto, vale a pena lançar-se nesse desafio, a fim de fortalecer tal proposta que aposta na valorização de um modo de se relacionar com a criança compreendendo-a como alguém que já é gente — relação que acompanha a criança na descoberta de suas possibilidades, limitações e lhe estimula na sua capacidade de cuidar de si, na medida em que a testemunha e a confirma em suas singularidades existenciais.

O que se seguirá é mistério. Não está ao nosso alcance prever e controlar o modo como ela direcionará sua existência. Mas cabe a quem estiver por perto confiar que esta pode responder ao que vive, levando a cabo o seu crescimento. Assim, contribui-se para que a

criança seja de modo mais saudável, enquanto se insere no mundo com a novidade que sua vida contém.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, L. **Gestalt-terapia com crianças: teoria e prática**. Campinas: Editora Livro Pleno, 2005.
- ARENDDT, H. **A condição humana**. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- ANDRADE, C. C. O encontro como fator de cura. In: XVIII ENCONTRO GOIANO DA ABORDAGEM GESTÁLTICA E VII ENCONTRO DE FENOMENOLOGIA DO CENTRO-OESTE, 80, 2012, Goiânia. **Anais**. Goiânia: Instituto de Treinamento e Pesquisa em Gestalt-Terapia de Goiânia - ITGT, 2002. 81 p. ISBN: 978-85-65735-00-1. Disponível em: <http://itgt.com.br/wp-content/uploads/2012/06/Anais-do-Encontro-Goiano-2012.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2019.
- BUBER, M. **Do diálogo e do dialógico**. São Paulo: Perspectiva, 1982.
- _____. **Eu e tu**. 2. ed. São Paulo: Editora Moraes, 1974.
- CARDOSO, C. L. Apontamentos sobre a fenomenologia aplicada à psicoterapia. In: GIOVANETI, J. P. (Org.). **Fenomenologia e Psicoterapia**, Belo Horizonte: FEAD, 2014. p. 35–52.
- _____. A face existencial da Gestalt-terapia. In: FRAZÃO, L. M. e FUKUMITSU, K. O. (Org.) **Gestalt-terapia: Fundamentos Epistemológicos e Influências Teóricas**. São Paulo: Summus, 2013. p. 59–75.
- CRITELLI, D. M. **Analítica do sentido**. São Paulo: Educ/Editora Brasiliense, 1996.
- CYTRYNOWICZ, Maria Beatriz. **Criança e Infância: Fundamentos Existenciais**. São Paulo: CHIADO, 2018.
- FRAZÃO, L. M. *et al.* Temporalidade; aqui e agora. In: **Gestalt-terapia: Conceitos fundamentais**. 2. ed. São Paulo: Summus Editorial, 2014. p. 131–146.
- HEIDEGGER, M. **Ser e Tempo**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.
- HYCNER, R. **De Pessoa a Pessoa: psicoterapia dialógica**. São Paulo: Summus, 1995.
- HYCNER, R. & JACOBS, L. **Relação e cura em Gestalt-Terapia**. São Paulo: Summus, 1997.
- LUCZINSKI, G. F.; ANCONA-LOPEZ, M. A psicologia fenomenológica e a filosofia de Buber: o encontro na clínica. **Estud. psicol.** (Campinas), Campinas, v. 27, n. 1, p. 75–82, mar. 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2010000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 mar. 2019.
- MAHFOUD, M. Responsabilidade e esperança. La dimensione dela responsabilità nella motivazione dell' operatore e nella libertà del soggetto. In: ATTI DEL 3° CONVEGNO OPERATORI PSICOSOCIALI. Milano: **Associazione Medicina & Persona**, p. 73–85, 2010. Disponível em:

http://www.academia.edu/19222896/La_dimensione_della_responsabilit%C3%A0_nella_motivazione_dell_operatore_e_nella_libert%C3%A0_del_soggetto. Acesso em: 12 mar. 2019.

MAHFOUD, M. **Experiência Elementar em Psicologia**: aprendendo a reconhecer. Brasília: Universa; Belo Horizonte: ArteSã, 2012.

MARTINS, J. S. A existência intersubjetiva em Martin Buber. **Argumentos**, UNISINOS, Ano 2, n. 4, p. 1-10, 2010. Disponível em: [http://](http://www.periodicos.ufc.br/argumentos/article/download/18969/29688)

www.periodicos.ufc.br/argumentos/article/download/18969/29688. Acesso em: 5 mar. 2019.

MELO, T. F. C. C. Um olhar fenomenológico sobre o processo psicoterapêutico da criança. In: GIOVANETTI, J. P. (Org.). **Fenomenologia e psicologia clínica**. Belo Horizonte: Artesã, 2018, p. 73–113.

POMPÉIA, J. A.; SAPIENZA, B. T. **Na presença do sentido**: uma aproximação fenomenológica a questões existenciais básicas. São Paulo: EDUC/Paulus, 2004.